

Orçamento de cruzeiro antes da reestruturação

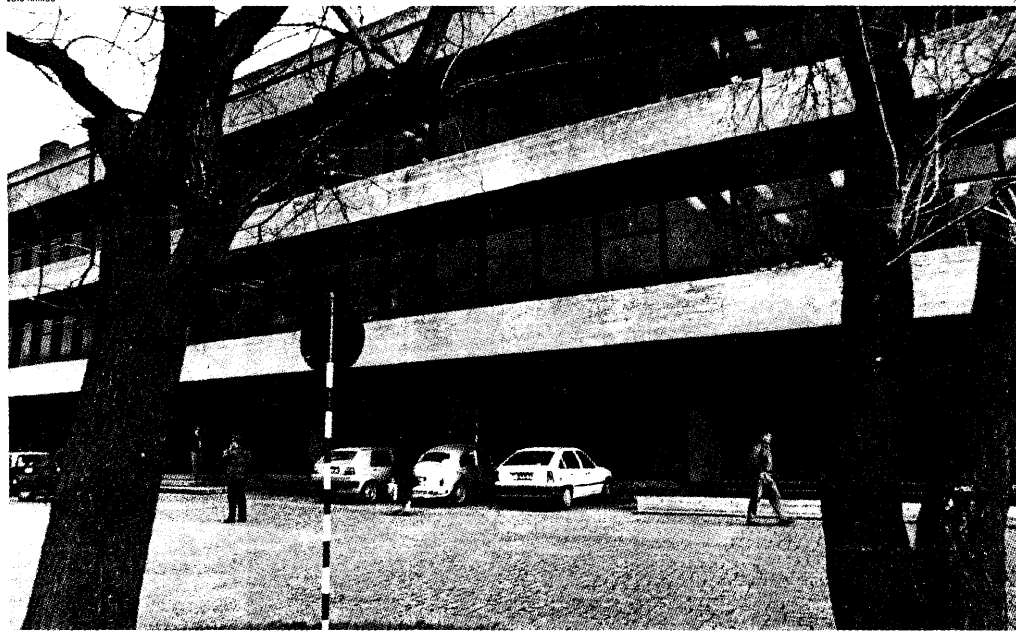
# Fundação Gulbenkian: onde está a crise?

Público  
6/1/92

António Melo

LUIS RAMOS

**Afinal, os números desmentem a "grave" crise financeira na Fundação Gulbenkian. Nem se percebe porque foi 1991 ano de tantas restrições. Nada o justificava, à luz das receitas dos investimentos. A angústia da reestruturação e das mudanças que ela trará suscitou um reflexo de avareza? A crise não é "económica", é "política"...**



Fundação Gulbenkian: a crise não é "económica", é "política"

Os vários interregnos que na Fundação Gulbenkian se vivem não permitem ainda discernir o rumo que a prazo tomará a mais importante fundação portuguesa e uma das maiores a nível mundial.

Uma coisa é certa: a solidez financeira do "império" pode suscitar "monstros da razão", fantasmas shakespearianos ou florentinos, mas verdadeiros ou fingidos os desvarios não atingem a sua solidez. Os últimos relatórios provam que o cofre-forte da Fundação é cada vez mais forte.

Instalou-se a psicose contra os perdulários, cada qual identificando no outro o delapidador potencial da colossal fortuna acumulada nos trinta e cinco anos da direcção Azeredo Perdigão.

O problema é identificar esse sinistro e perverso ser, ou, pelo menos, traçar-lhe o perfil. É versátil como a personagem de Woody Allen no filme "Zelig".

São sempre os "outros" que, com as suas despesas superfluas, põem em perigo a "perpetuidade" da Fundação e a "justeza e eficácia dos serviços prestados". São os "outros" — embora "outros" — que se acomodam a situações de rotina e não sentem a necessidade do "aggiornamento", a necessidade de uma definição sem "nuances" do perfil da Fundação de um lado uma "total Fundation", com responsabilidades de distribuição directa, organização de serviços e doação; do

outro uma Fundação especificamente investida na promoção de iniciativas singulares, na atribuição de subsídios selectivos.

Para complicar a meada, os "outros" e os "outros" podem utilizar a mesma argumentação e os mesmos exemplos. Segue-se a regra que diz ser a ordem dos factores arbitrária, desde que o resultado bata certo — com as projecções feitas.

Não há ninguém na Gulbenkian que não fale da "crise". Basta um assentimento de cabeça do interlocutor para acordar as harpias da desgraça: "por este caminho vamos direitos ao fundo". O carpinteiro subiu de tom e já chegou à Presidência da República, que quis saber, em conversa informal, "se era verdade que para sobreviver o Conselho de Administração já tivera que lançar mão ao património".

Chegado a este ponto, porém, seja quem for o interlocutor, a resposta vem cortante: "Era só o que faltava!".

## Uma fortuna de 230 milhões

Aqui, pelo menos, estamos no domínio dos factos. Pelas notas relativas ao orçamento para 1992, a que o PÚBLICO teve acesso, é um facto que o rendimento dos investimentos não cessou de crescer

nos últimos dez anos, a ritmo quase constante, com pequenas descidas pontuais, como foi o caso de 1990, obrigando a que o orçamento para 91 fosse drasticamente restritivo (ver quadro).

O ano que aí vem vai ser de normalidade, um "orçamento de cruzeiro", na definição do administrador José Blanco. A tendência para uma actualização das verbas voltou a evidenciar-se e, embora o aumento percentual de 8,6% em relação a 1991 deva moderar-se, pois esse foi um ano "negativo", não há dúvida de que

as finanças da Gulbenkian alcançam um novo recorde, batendo o de 1990.

Fica por entender o interregno de 1991. Que razões levaram a que se travasse a progressão anterior, apresentando um orçamento negativo em relação ao ano transacto?

Ninguém, no Conselho de Administração, quer explicar as razões deste rigor, que não foi seguido em 1987, por exemplo, quando as rendas decresceram de modo sensível relativamente ao ano anterior. Nesse ano, a quebra

foi de 9,6 milhões de contos, enquanto em 1990 foi apenas de 993 mil contos. A política orçamental seguida em 1987, porém, manteve o orçamento idêntico ao do ano anterior, coisa que não se verificou em 1991, aparentemente em situação menos desfavorável — uma redução de 330 mil contos.

A política orçamental da Fundação é de tal modo restritiva que os orçamentos representam uma percentagem quase insignificante dos investimentos. É difícil acreditar que juros, obrigações e dividendos não rendem mais de

7,1% ao ano, o valor mais alto apresentado entre 1981-91. A média do período indicado é de 5,4%. O Conselho de Administração reconhece sem protesto que as rendas são percentualmente superiores, mas considera que a política financeira seguida deu bons resultados. Só uma parte se destina às actividades anuais, a aplicação do restante faz-se no aumento do património, ou, como diria um financeiro, no capital e reservas.

A prudência chega ao ponto de incorporar no património as mais valias das obrigações e títulos, mesmo quando vendidos com

benefício. Taxativamente: só o rendimento é considerado para a elaboração do orçamento.

## Projecto de reestruturação

Dito isto, continua por explicar o duce escocês praticado o ano passado. Porque é que não se compôs uma quebra nos rendimentos — atribuída à descida da cotação do dólar naquele período e a reflexos conjunturais da situação internacional, designadamente a Guerra do Golfo — com uma maior receita das rendas, medida aplicada frequentemente em outros anos?

A única razão plausível para esta alteração de política orçamental é o aparecimento do projecto de reestruturação, que devia fazer-se em 1991 (a primeira data apontava para Abril). Fechar a torneira das despesas, travar nos departamentos o hábito de organizar as suas actividades partindo do princípio de um aumento constante das verbas disponíveis, colocar os directores de serviços em situação de ter que anular projectos e compromissos, parece ter sido a razão política para o corte orçamental.

Outro motivo — que não exclui o anterior — poderá ser o desejo de encaminhar a Fundação para um modelo pré-estabelecido num colégio reduzido, associando a discrição diplomática à política dos factos consumados.

Há sectores que recusam terminantemente tal estratégia. Essa atitude ficou marcada pelo discurso de José Sasportes, na cerimónia de apresentação dos compromissos de fim de ano a Azeredo Perdigão.

A oratória de Sasportes teve mais a ver com a discussão interna na Fundação — relacionada com a sucessão do presidente e os modelos de reestruturação em discussão — do que com os convencionais votos de Ano Novo.

"Numa situação normal", justificava-se-ia à "formalidade" dos votos protocolares, mas "nas horas difíceis" devem ser a "expressão de uma vontade, de um desejo de mudança", foi a justificação de Sasportes para uma intervenção que despediu 1991 como "ano velho que não deixará saudades" e apontou 1992 como "o [do] processo de regeneração necessário". ■

EVOLUÇÃO DOS ORÇAMENTOS ANUAIS E DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS (em contos)				
ANO	AUMENTO EM VALOR ABSOLUTO E EM %	ORÇAMENTOS	RATIO DOS ORÇAMENTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS EM %	INVESTIMENTOS (Em 31 de Dezembro)
1981		2 850 000	7.1	39 792 297
1982	674 082 = 23.6	3 524 082	5.6	62 040 921
1983	1 332 918 = 37.7	4 867 000	4.8	100 414 740
1984	1 182 000 = 24.2	6 049 000	4.3	137 841 749
1985	1 951 000 = 32.2	8 000 000	5.1	155 358 805
1986	1 000 000 = 12.5	9 000 000	5.6	158 845 271
1987	0 = 0	9 000 000	6.0	149 158 752
1988	220 040 = 2.4	9 220 440	5.1	178 069 201
1989	1 279 560 = 13.8	10 500 000	5.0	208 483 914
1990	1 830 000 = 17.4	12 330 000	6.2	197 490 342
1991	-330 000 = -2.7	12 000 000	5.6	230 423 616 <sup>(a)</sup>
1992	1 040 586 = 8.6	13 040 586		

(a) Valor em 30 de Novembro de 1991

Fonte: Conselho de Administração da Fundação Gulbenkian

Notas:

- Relativamente ao orçamento de 1981, o orçamento para 1992 representa um aumento de 10 191 000 contos (357%). A média entre 1981 e 1992 dá um orçamento de 8 365 092 contos.
- O valor dos investimentos, à base de cujo rendimento é elaborado o orçamento anual, registou entre 31/12/81 e 30/11/91 um aumento de 190 631 319 contos (479%)